

## O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)  
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1885-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTANA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## O tempo da prudência

luis@wsmuniz30@gmail.com



**No momento em que operação da PF contra Bolsonaro eletriza o País, exige-se que tudo seja feito em absoluto respeito à lei. Só se combatem os inimigos da democracia com mais democracia**

A história costuma ter dias e momentos determinantes, e o 8 de fevereiro de 2024 pode se tornar um deles. A operação da Polícia Federal que investiga uma possível tentativa de golpe de Estado investiu ontem contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e alguns dos seus aliados mais próximos, com 33 mandados de busca e apreensão, 4 mandados de prisão e 48 medidas cautelares. Entre os alvos estavam os generais Augusto Heleno, ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional; Braga Netto,

ex-ministro-chefe da Casa Civil e candidato a vice na derrotada chapa de Bolsonaro à reeleição; e Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa. Entre os presos, o coronel Marcelo Costa Câmara, ajudante de ordens do então presidente; e Felipe Martins, ex-assessor internacional. O próprio Bolsonaro foi alvo, com a determinação de retenção do seu passaporte. A operação também envolveu o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que acabou preso por uma razão paralela, a de porte ilegal de arma de fogo.

É possível que estejamos diante de

um prenúncio de algo ainda maior por vir. Pelo que veio à luz até aqui, as evidências e os contornos do enredo golpista são fartos e graves. A peça que sustentou a operação menciona “núcleos de atuação do grupo criminoso” – da disseminação de notícias falsas para atacar o sistema eleitoral ao incitamento de militares para aderir ao golpe; de uma rede de apoio operacional para as manifestações golpistas até a elaboração de minutas de decretos para sustentar, com certo verniz jurídico e constitucional, a supressão do Estado Democrático de Direito.

Não faltaram – nem faltarão – festejos daqueles que desejam a mais rápida e exemplar punição para o golpismo instalado no País, estimulado pelo ex-presidente. Após passar décadas desafiando impunemente a democracia, entre os tempos de mau militar ao período de congressista do baixo clero, Bolsonaro exerceu seu mandato na Presidência disposto a ignorar o compromisso de respeitar a Constituição, valendo-se do cargo para tumultuar e deslegitimar o processo eleitoral. Seu *leitmotiv* era o de disseminar a desconfiança nas urnas, gerar instabilidade e criar condições para um eventual golpe. O ápice dos seus ataques foi a reunião de 18 de julho de 2022 com embaixadores estrangeiros para atacar as urnas eletrônicas, peça fundamental para o Tribunal Superior Eleitoral declarar sua inelegibilidade.

Isto posto, o momento exige prudência e serenidade das lideranças e instituições envolvidas. O pior dos males, nessas circunstâncias definido-

ras da história, é o açodamento, a sanha punitivista, a espetacularização, os excessos cometidos em nome de uma simbologia política e midiática e o descumprimento dos mais estreitos limites dos direitos e liberdades individuais previstos na Constituição. Não custa dizer o óbvio: ainda que haja uma pletera de evidências, ninguém pode ser considerado culpado até prova em contrário. E não só as provas precisam ser seguras e confiáveis, como aos suspeitos deve ser garantido o amplo direito de defesa.

A história recente informa, no entanto, que alguns dos limites têm se tornado bastante elásticos na busca de culpados pelos atentados à democracia brasileira. O STF e, em particular neste processo, o ministro Alexandre de Moraes têm atuado de maneira heterodoxa em muitos momentos. São alguns dos seus vícios a politização, o excesso de protagonismo (inclusive fora dos autos) e o espírito de justiceiro, ensejando um clima de vale-tudo institucional – sempre, é claro, em nome de uma boa causa. Foi esse mesmíssimo problema, convém lembrar, que maculou a Lava Jato e fez ruir a operação e decompôs a biografia de seus artífices.

O Brasil esteve diante de um dos mais significativos ataques à democracia de sua história. É exatamente por essa razão que se exige o mais absoluto cuidado com o processo destinado a repará-lo. Nada mais poderoso e eficiente, para proteger a democracia, do que seguir o que está na lei. Contra o atentado à democracia, a melhor resposta é mais democracia. ●

## Notória ignorância ética

**Como se não coubesse num só Poder, Dino trafega ruidosamente pelos três, deixando claro seu afã de satisfazer o ‘sonho antigo’ de Lula de ter um ministro do STF com ‘cabeça política’**

Ninguém ignora que o presidente Lula da Silva não indicou ao Supremo Tribunal Federal (STF) seu amigo, correligionário, ex-ministro da Justiça e senador Flávio Dino (PSB-MA) por seu relativamente desconhecido saber jurídico, e sim por seu notório saber político. Com uma base diminuta no Congresso, Lula não disfarçou seu desejo de consolidar a Corte como fiadora do Executivo e plenário de “terceiro turno” do Legislativo, confessando seu “sonho antigo” de instalar nela alguém com “cabeça política”.

Uma vez referendado pelo Senado, o decoreto exigia de Dino que se recolhesse para engavetar o figurino político e confeccionar o figurino judiciário. Ao invés disso, ele decidiu aferrar-se até o

último minuto à caneta de ministro da Justiça. Mal passou o bastão ao sucessor, o ex-ministro do STF Ricardo Lewandowski, resolveu fazer um “pit stop” no Senado para propor “projetos”, algo que poderia ser feito por sua suplente – cuja notória atividade política, por sinal, é ser mulher de um deputado estadual companheiro de Dino.

Com essa espantosa *nonchalance*, como se seu ego não coubesse num só Poder, Dino saracoteia pelos três, ostentando a um tempo seu saber político e sua ignorância ética. É preciso reconhecer sua notável coerência. Já no Ministério, expôs aos quatro ventos a incompreensão de suas funções públicas.

Na coreografia institucional do Estado Democrático de Direito, o ministro da Justiça tem o papel singular de zelar

pela defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos, das garantias constitucionais e da segurança pública, trabalhando para que o Executivo atue nos limites traçados pelo ordenamento jurídico, ou seja, moldando a política pelo Direito. Dino fez o oposto, afanando-se para que o Direito fosse moldado pela política.

À frente da pasta, Dino dividiu seu tempo entre parolagens tão infladas quanto inocuas e sua carreira de *influencer* militante. Quem se lembra de alguma grande realização de sua gestão? Seu “Programa de Enfrentamento às Organizações Criminosas” é só um compêndio de intenções genéricas que não toca as causas do problema. Sua “Operação de Garantia da Lei e da Ordem” foi só uma pirotecnia castrense populista comprovadamente ineficaz.

Mas quem não se lembra de alguma ruidosa polémica insuflada por Dino em palanques e redes sociais? Como quando decidiu passar lição de moral aos argentinos por suas escolhas eleitorais, ou se vitimizar quando seus subordinados foram flagrados num encontro oficial com uma mulher envolvida com altos escalões do narcotráfico, ou antecipar resultados de investigações sigilosas. Dino opina sobre tudo e converte tudo em combustível para fustigar adversários do lulopetismo. Há poucos dias, já tendo sido aprovado para o Supremo, deu-se ao

luxo imprudente de comentar investigações sobre a Agência Brasileira de Inteligência.

A imagem de assessor especial de Lula e líder da bancada petista no Supremo já colocou no imaginário popular, e Dino está tão à vontade com ela que, num evento oficial, sugeriu jocosamente a Lula que pedisse “uma liminar no Supremo” caso servidores fizessem reivindicações que lhe desagradassem. Tão inapropriada foi a blague, que o próprio Lula, um mestre do traquejo político, não conseguiu disfarçar seu constrangimento.

Num momento de tensionamento institucional e insatisfação da sociedade com a politização da Corte e com o protagonismo individual e a falta de exemplaridade de seus integrantes, o ideal seria um novo ministro discreto, técnico, rigorosamente avesso às disputas partidárias e ao exibicionismo das mídias sociais – como, aliás, foi a predecessora de Dino, Rosa Weber. Mas a realidade é implacável, e Dino não é essa pessoa. Esperava-se que ao menos se esforçasse por preservar as aparências. Mas Dino não perde uma oportunidade de mandá-las às favas. Numa subversão peculiar do provérbio sobre a mulher de César, é como se, no afã de satisfazer os sonhos do presidente Lula, não lhe bastasse ser um magistrado político, precisando sofregamente parecer um. ●

PARTE DO DESTAQUE DO TEXTO  
Fornecido por: 11 604 2718-6004  
Contato: redacao@estadonline.com.br

pressreader